



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo n.º 08078854020208150001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EWERTON LIMA BARROS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação.**

O executado **IMPUGNA EXPRESSAMENTE** o cálculo apresentado no ID 50561131, pois está em dissonância com a condenação imposta. Veja, Nobre Julgador, que a sentença foi clara ao determinar a condenação pro-rata no que tange às custas E honorários advocatícios, tendo em vista a sucumbência parcial, vejamos:

Em face da sucumbência parcial, condeno as partes ao pagamento das custas de forma *pro-rata*, bem assim em honorários advocatícios arbitrados, nos termos do parágrafo 2º do art. 85 do CPC, em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, a serem pagos ao advogado da parte adversa, vedada a compensação, ficando suspensa a cobrança em relação à autora, haja vista ser beneficiária da justiça gratuita.

Desta forma, como houve sucumbência parcial e pagamento determinado de forma pro-rata, sendo os honorários fixados em 20%, cabe às partes pagarem, cada uma, 10% ao advogado da parte contrária, estamos suspensa a cobrança em relação à autora face a gratuidade.

Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora para manifestação quanto à argumentação supracitada, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 924, II, NCPC.

Caso haja manutenção pelo cálculo equivocado, pugna desde já pela **PROCEDÊNCIA DA IMPUGNAÇÃO**, tendo em vista o flagrante excesso no cálculo elaborado em dissonância com a condenação imposta e posterior extinção da execução nos termos do art. 924, II, CPC. Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado SUELIO MOREIRA TORRES 15477/PB, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

CAMPINA GRANDE, 9 de novembro de 2021.

João Barbosa
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

